

ATA DO II ENCONTRO DAS EQUIPES PEDAGÓGICAS DO IFPA

Data: 16 de novembro de 2016 (tarde).

Local: Mini-auditório da Biblioteca do IFPA Campus Belém.

01 Aos dias dezesseis de novembro de 2016, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, foi
02 dado continuidade ao primeiro dia do II Encontro das Equipes Pedagógicas do IFPA, no
03 mini-auditório da Biblioteca do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
04 - Campus Belém, com a palestra "Assistência Estudantil: regulações e interações",
05 ministrada por Selma Silva, Chefe do Departamento de Assistência Estudantil e Políticas
06 Inclusivas da PROEN, que falou sobre a Resolução 147/2016/CONSUP, que foi aprovada
07 no Conselho Superior do IFPA no dia 01 de setembro de 2016, em substituição à Resolução
08 nº 134/2012. Falou dos objetivos da assistência estudantil, explicando que esta norteia-se por
09 um conjunto de princípios e diretrizes que devem orientar a construção de programas e
10 projetos da assistência estudantil, com objetivo de garantir ao estudante acesso, permanência
11 e êxito em seu percurso acadêmico. Selma explicou pontos importantes da nova resolução.
12 Será constituído, sob coordenação do DAAI, o núcleo de Assessoramento da Assistência
13 Estudantil. Com objetivo de garantir a permanência do estudante na instituição, o PAE de
14 cada campus deverá priorizar as áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte e apoio
15 pedagógico (material pedagógico). Cada Campus terá autonomia para planejar seu PAE,
16 devendo observar sua realidade, peculiaridades, diagnósticos e o que prevê o Plano de
17 Permanência e Êxito do campus. Falou sobre o Auxílio eventual, que é a concessão de
18 auxílio financeiro ao estudante que comprovadamente se encontre temporariamente em
19 situação emergencial e imprevisível de vulnerabilidade socioeconômica. Explicou os
20 critérios de acesso ao PAE, que seria de estar regularmente matriculado nos cursos ofertados
21 pelo IFPA, de todos os níveis e modalidades de ensino, prioritariamente, os que estejam
22 comprovadamente em situação de vulnerabilidade social. Explicou os critérios de renovação
23 do benefício, sendo os seguintes: estar regularmente matriculado em cursos presenciais nos
24 níveis de educação do ensino técnico de nível médio, graduação e formação inicial e
25 continuada – FIC; estar com a matrícula ativa no sistema SIGAA; ter renda *per capita*
26 familiar de até um salário mínimo e meio; ter frequência igual ou superior a 75% (setenta e
27 cinco por cento), em todos os componentes curriculares do semestre ou ano anterior, a
28 depender do regime do curso; e ter desempenho acadêmico satisfatório. Selma falou
29 também sobre os critérios de permanência no PAE, explicando que o estudante precisa
30 frequência mínima de 75% e aproveitamento escolar em todas as disciplinas, mensurada pela
31 nota mínima 7,0. No caso de estudantes que ficarem reprovados em até duas disciplinas,
32 mas que puderem avançar para o período seguinte, poderá permanecer no PAE, desde que
33 conte com parecer favorável da equipe multidisciplinar, que deverá averiguar os motivos
34 pelos quais o estudante não foi aprovado integralmente. Falou também que o estudante
35 deverá fazer a utilização adequada dos auxílios para os fins aos quais foram concedidos.
36 Encerrada sua exposição, foi franqueada a palavra para perguntas da plateia. Elaine
37 Wanzeler, do Campus Belém, pergunta como estabelecer critérios para que os recursos da
38 assistência estudantil sejam utilizados corretamente. Se o edital de seleção pode prever a

39 prestação de contas aos estudantes. Perguntou ainda se, em caso de comprovação de uso
40 indevido do auxílio estudantil, se o estudante pode concorrer novamente em um outro edital.
41 Alexandre Silva, do Campus Belém, pergunta se não seria mais pertinente disponibilizar um
42 cartão digital para que o estudante utilize no deslocamento entre a residência e a escola, para
43 que o estudante não use os recursos do auxílio transporte para outras finalidades. Ronaldo,
44 do Campus Tucuruí, relata que houve ingresso de três estudantes com deficiência auditiva
45 em seu campus e pergunta se os recursos da assistência estudantil podem ser empregados
46 para contratação de profissional especializado, uma vez que a ausência desse profissional já
47 tinha ocasionado a desistência de dois desses estudantes. Selma Silva responde que, no caso
48 de comprovação da má utilização do auxílio, o estudante pode ser desligamento do
49 programa. Selma fala que, no âmbito do município de Belém, considerava possível o uso do
50 cartão digital. Em relação à contratação de pessoal, explicou que não seria possível. Pois tais
51 profissionais deve ser contratado como servidor. Professora Elinilze Teodoro explica que há
52 um parecer da Procuradoria Federal que impede a contratação de Intérprete de Libras.
53 Informa que o CONIF tem tratado sobre esse assunto junto ao Ministério Público Federal e
54 à Procuradoria Federal em Brasília, pleiteando a possibilidade de contratação temporária
55 desse profissional, para o atendimento das demandas. Informou que as vagas previstas no
56 último concurso público do IFPA não foram preenchidas. Explica que infelizmente não há
57 como resolver essa situação no momento. Edil, do Campus Itaituba, pergunta qual o
58 percentual dos recursos da assistência estudantil que poderá ser destinado à pesquisa e à
59 extensão no campus. Questiona que a equipe multidisciplinar recebe muitos processos para
60 validar a frequência dos estudantes atendidos pelo PAE, e pergunta ainda se não poderia
61 haver um só instrumental para esse fim. Joelma Pereira, do Campus Abaetetuba, fala sobre o
62 estado de ocupação de seu campus e pergunta como vai ficar o pagamento de auxílio
63 estudantil nesse período de ocupação. Pergunta se a orientação referente ao período de greve
64 vale também para o caso de ocupação. Sônia, assistente social do Campus Altamira,
65 pergunta se há necessidade de publicação de edital para renovação do auxílio estudantil. Em
66 relação ao auxílio eventual, é possível haver renovação no caso da situação de
67 vulnerabilidade ter continuidade. Daniele, do Campus Bragança, fala que houve assembleia
68 no Campus Bragança e os professores asseguraram a realização de atividades acadêmicas no
69 campus, apesar do estado de ocupação. Pergunta como fica a assistência estudantil nesse
70 caso. Selma Silva explica ao professor Edil que existe a possibilidade de destinação de
71 recursos da assistência estudantil para a pesquisa e a extensão, mas que não existe a
72 obrigatoriedade dessa destinação. Explica que o campus deve fazer o planejamento da
73 assistência estudantil, com base nas discussões do Fórum de Assistência Estudantil do
74 campus. Selma explica ainda ao professor Edil que no caso dos estudantes que ficaram
75 reprovados em até duas disciplinas, existe a possibilidade de continuidade no PAE,
76 dependendo do parecer da equipe multidisciplinar, pois constituída objetivo do PAE o
77 acompanhamento às dificuldades enfrentadas pelos estudantes, visando sua permanência.
78 Explica que a renovação do auxílio não é automática, e que depende da análise da situação
79 do estudante. Quanto à ocupação dos campi, explica que a orientação referente aos períodos
80 de greve vale para o período de ocupação, seguindo uma mesma lógica. Fala da
81 possibilidade de antecipar o pagamento do auxílio estudantil nesses casos, para não perder o
82 recurso, mas que no ano seguinte deverá haver a aferição da frequência estudantil, quando
83 da retomada das atividades acadêmicas. Caso não haja frequência, o estudante deverá
84 devolver o recurso. Informa que haverá reunião do Departamento de Assistência Estudantil
85 e Políticas Inclusivas com a Pró-Reitora de Ensino para avaliar todo esse cenário. Em
86 relação ao auxílio eventual, explica que ele é circunscrito a uma situação de emergência que
87 venha a ser apresentada pelo estudante e que pode implicar em sua desistência, sendo
88 restrito aquele momento pontual. Professora Elinilze Teodoro explica que o Calendário
89 Acadêmico Institucional não está suspenso, devendo o gestor cobrar a frequência de todos

90 os servidores. Explica que somente após a comunicação oficial do sindicato ao Reitor do
91 IFPA e sua devida apreciação no CONSUP, é que fica oficializado o estado de greve.
92 Enquanto isso não acontece, a frequência docente e discente deve ser realizada. Explica que
93 o movimento de ocupação é legítimo, mas que os estudantes não podem ficar sem
94 acompanhamento, devendo as equipes pedagógicas assessorarem a direção do campus nesse
95 sentido. Reforçou que somente o CONSUP poderá suspender o calendário acadêmico. Foi
96 feito um intervalo. Em seguida, foi chamada a professora Marta Caetano, Diretora de
97 Políticas Educacionais da PROEN, para proferir a palestra "Plano de Permanência e Êxito -
98 papel das equipes pedagógicas". Marta faz um retrospecto histórico da construção do Plano
99 Institucional Estratégico para Permanência e Êxito - PPE, desde a notificação inicial em
101 2013, em atendimento às políticas da SETEC e do MEC, que o IFPA não respondeu à época.
102 Falou sobre o início do debate no IFPA a partir do ano de 2015. Explicou os objetivos do
103 PPE e falou sobre a importância de se atentar para a realidade de cada campus na elaboração
104 do seu plano. Falou sobre a aplicação de um questionário para a identificação das causas da
105 evasão nos campi, através de chamada aos estudantes evadidos. Com base nesses dados, os
106 campi apresentaram seus planos. Enfatizou que apenas 40% dos campi atenderam às
107 recomendações da Comissão de Permanência e Êxito, 40% atenderam apenas parcialmente
108 e 20% não atenderam. Explicou que, por conta disso, o Plano Institucional de Permanência e
109 Êxito reflete apenas a realidade de dois terços dos campi. Cobrou o não envio do
110 planejamento dos campi, o que impossibilita que a comissão saiba o que está sendo
111 efetivamente realizado por cada campus. Informou que está sendo elaborado um edital
112 institucional de continuidade de estudos, para que os campi possam propiciar o retorno dos
113 estudantes que ainda apresentam pendências. Explicou que essa ação é pontual para dirimir
114 problemas de evasão de anos anteriores. Falou sobre a importância das equipes pedagógicas
115 nessa ação. Falou sobre a importância de fazerem a leitura dos documentos que foram
116 entregues em um CD, na pasta do encontro. Marta apresentou os principais motivos de
117 evasão identificados, dentre os quais em primeiro lugar aparecia a falta de identificação do
118 curso, que corresponde a cerca de 20% das causas. Perguntou a opinião dos participantes a
119 respeito e solicitou que as equipes pedagógicas participem ativamente do planejamento das
120 ações, considerando que o PPE era uma ação permanente e necessitava de estratégias.
121 Encerrada sua exposição, foi aberto espaço para perguntas da plateia. Alexandre Silva, do
122 Campus Belém, em relação à maior causa de evasão identificada ser a falta de identificação
123 do curso, faz a observação de que, nos processos seletivos, falta definir uma nota de corte.
124 Ronaldo Meireles, do Campus Tucuruí, problematiza o entendimento de alguns professores
125 de que estudantes que não se adaptam ao curso devem ser considerados desistentes, pois o
126 papel a ser desempenhado pelos educadores é justamente o contrário. Maurício, do Campus
127 Bragança, problematiza o fato de que no SISU os cursos do IFPA não são a primeira opção,
128 sendo necessário fazer uma análise do que estamos ofertando e se estamos atendendo aos
129 interesses da comunidade. Marta Caetano fala sobre a importância da revisão dos PDCs.
130 Edil, do Campus Itaituba, fala sobre a importância da articulação do PPE com as ações da
131 assistência estudantil. Em seguida, foi dado início à palestra "Normativas EAD", pelo
132 professor Márcio Wariss, chefe do Departamento de Educação à Distância da PROEN.
133 explicou que a apresentação de hoje será sobre o detalhamento das Normativas EAD para
134 esclarecer as dúvidas. Com isso abriu a inscrição para questionamentos. Elaine Vanzeler,
135 técnica em assuntos educacionais, perguntou: Especificamente sobre o PPC dos cursos
136 superiores com a distribuição da carga horária da EAD será de 20%. Alguns PPC's estão
137 justificando e contabilizando o 20% em EAD via uso de SIGAA. Márcio respondeu: A
138 legislação que existe prevê para os cursos superiores que poderão ser usadas até 20% de
139 carga horária total do curso. O capítulo 6 da Instrução Normativa traz especificamente as
140 orientações sobre a comprovação da carga horária em EAD que deverá, necessariamente,
141 ocorrer via Ambiente virtual de Aprendizagem (AVA) pela plataforma moodle institucional.

142 A disciplina ofertada em EAD será somente validada se acontecer via AVA. A Normativa
143 que orienta a inserção de disciplinas e, como política institucional do IFPA nós decidimos
144 pela oferta de disciplinas integralmente a distância. Ou ela é 100% a distância ou não é.
145 Inclusive na nova resolução de carga horária será prevista carga horária no semestre anterior
146 para a elaboração de material para a disciplina que será ofertada no semestre subsequente. A
147 ideia é fazer educação a distância de fato como ela é. Ressaltou que essa orientação é para
148 os cursos que são presenciais. Os cursos integralmente a distância prevê outra organização,
149 outro PPC pensado de maneira diferenciada. Heródoto, Campus Belém informou que não
150 entendeu muito bem. O Marcio Wariss reafirmou que nas reformulações de PPCs os NDEs
151 que quiserem ofertar disciplinas em EAD. Robson, equipe Bragança: parabenizou a equipe
152 da PROEN pela publicação da IN em EAD, pois conseguiu (re)orientar a organização dos
153 cálculos de carga horária das disciplinas e as metodologias em EAD. Pediu para explicar
154 mais detalhadamente no roteiro de avaliação dos itens em EAD sobre os critérios de
155 avaliação dos itens que devem observar nos PPCs. O Marcio Wariss explicou que deve
156 seguir a Resolução 020 de análise de PPCs e sobre as metodologias informou que será
157 elaborado um documento sobre Orientações para tecnologia de comunicação e informação
158 para os professores que queiram usar as ferramentas em EAD nos 20% da carga horária total
159 da disciplina. O Centro é um centro de Tecnologias educacionais e Educação a Distância e
160 uma das ideias é construir um repositório de aprendizagem.

161 Edil, Campus Itaituba, como se articula a equipe pedagógica dos Campus.. qual o fator que
162 vai melhorar a qualidade do cursos presenciais com o uso de disciplinas em EAD ou os 20%
163 de sua carga horária destinada para ser realizada em EAD? Para Marcio Wariss que explicou
164 respondendo a ultima pergunta sobre a realidade do CTEAD afirmou que o centro
165 atualmente não existe, hoje é um departamento ligado a PROEN. 9 servidores estão
166 chegando para trabalhar especificamente no Departamento em educação a distância. Será
167 formado uma equipe, dois já estão em exercício, os outros já fizeram concursos e foram
168 chamados. O prédio está em construção e ficara pronto em julho de 2017. No campus
169 Ananindeua funcionará o Centro até o prédio definitivo do CTEAD ficar pronto. E continua
170 retomando a pergunta que foi feita inicialmente: Porque vou inserir uma disciplina a
171 distancia num curso presencial? quais são as disciplinas que serão ofertadas, quais são os
172 professores e porque elas serão ofertadas. Quem precisa responder é o NDE dos cursos que
173 precisam justificar a importância da disciplina para a formação dos egressos do cursos.
174 precisa estar justificado no PPC que será analisado pela equipe pedagógica do campus. E
175 ressalta que não é que a legislação obriga é que a legislação possibilita. O curso é presencial.
176 Mas indica que é interessante o uso de disciplinas ofertadas em EAD. Foi feita uma
177 pergunta via internet pela Greicy de Sousa Santos. Se a disciplina ofertada em EAD prevê o
178 atendimento domiciliar. Elinilze Teodoro, pro reitora de ensino, respondeu que nesse caso
179 como é um atendimento emergencial não cabe o atendimento domiciliar, pois precisa de
180 planejamentos, confecções materiais didáticos e metodologias especificas que requer tempo
181 de planejamento para a oferta da disciplina. O Márcio Wariss finalizou sua exposição
182 recomendando a leitura da Instrução Normativa para que as pessoas tenham conhecimento
183 da legislação que orienta. E informou que o decreto 4622 será revisto pelo MEC. A
184 proreitora Elinilze Teodoro finalizou o dia fazendo uma rápida consideração sobre o que foi
185 o dia. Fez uma revisão das atividades desenvolvidas no dia: fomos chamados no inicio da
186 manha para discutir sobre a educação inclusiva e, em seguida, discutimos sobre um tema
187 muito atual que está em voga hoje em dia que é a medida provisória da reforma do ensino
188 médio. A tarde foi feito um olhar mais detido para dentro da nossa instituição. E percebemos
189 que o nosso trabalho pedagógico tem relações com tudo Assistência estudantil, Plano de
190 Permanência e êxito, EAD. Nosso trabalho está relacionado com tudo e é muito importante
191 que tenham clareza do nosso papel, e não deixem esse espaço sem ser ocupado. Devemos
192 ter comprometimento com o que fazemos. E se alguém do Campus não percebe a

193 importância do seu papel, você deve explicar a importância do seu papel. E nos estamos
194 todos do mesmo lado. Não dá pra ter fortalecimento do seu trabalho se não nos unirmos.
195 precisamos dar as mãos e caminhar juntos. Amanha começamos as 8:30 falando sobre o
196 SIGAA. Uma boa noite um bom descanso e até amanhã. Sem mais a declarar, José Edivaldo
197 Moura da Silva, Chefe do Departamento de Ensino Superior da PROEN, e Adalcilena Café,
198 Coordenadora de Diversidades, lavram a presente ata.